



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO 2018

SUMÁRIO

1. Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
 - 1.1 Introdução
 - 1.2 Base de Preparação
2. Informações Relevantes contidas nas Demonstrações Contábeis
 - 2.1 Balanço Financeiro
 - Nota 1 - Pagamento de Restos a Pagar
 - Nota 2 - Inscrições de Restos a Pagar
 - Nota 3 - Transferências Financeiras Concedidas Independentes da Execução Orçamentária
 - 2.2 Balanço Patrimonial
 - Nota 1 - Resultado do Exercício
 - 2.3 Demonstração das Variações Patrimoniais
 - Nota 1 - Resultado Patrimonial do Exercício
 - 2.4 Demonstração do Fluxo de Caixa
 - 2.5 Demonstração da Dívida Flutuante
 - Nota 1 - Demonstrativo Previdenciário dos Valores Retidos dos Servidores
 - Nota 2 - Demonstrativo Previdenciário Patronal
 - 2.6 Demonstração de Créditos Adicionais
 - 2.7 Extratos Bancários
 - 2.8 Subsídio dos Vereadores



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

1 NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1.1 INTRODUÇÃO

O Orçamento da Câmara Municipal de Muniz Freire está contido na Lei Municipal nº 2.526/17.

As informações constantes desta Nota Explicativa referem-se a:

- Balanço Financeiro (BALFIN)
- Balanço Patrimonial (BALPAT)
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DEMVAP)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DEMFC)
- Demonstrativo da Dívida Flutuante (DEMDFLT)
- Demonstrativo de Créditos Adicionais (DEMCAD)
- Demonstrativo Previdenciário dos Valores Retidos dos Servidores (DEMCSE)
- Demonstrativo Previdenciário Patronal (DEMCPA)

1.2 BASE DE PREPARAÇÃO

As informações constantes desta Nota Explicativa foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), 7ª edição, aprovada pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 840/2016 e Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2016 que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal 4.320/64, a Lei Complementar Federal 101/2000, bem como as disposições das Normas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

2 INFORMAÇÕES RELEVANTES CONTIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Balanço Financeiro

Nota 1 - Transferências Financeiras Concedidas Independentes da Execução Orçamentária

Conforme consta do Balanço Financeiro (BALFIN) o Saldo em Espécie do Exercício Anterior foi de R\$ 151.062,05. Deste saldo, R\$ 1.608,11 foi destinado ao pagamento de Restos a Pagar.

Do saldo existente após o pagamento de Restos a Pagar, o valor de R\$ 110.000,00, foi objeto de transferência à Prefeitura Municipal de Muniz Freire.

No Exercício de 2018, após a transferência do repasse/duodécimo feito pela Prefeitura ao Poder Legislativo no mês de dezembro, observou-se que a mesma repassou a maior o valor anual de R\$ 0,08. Embora seja um valor irrisório, a fim de que não se invoque repasse realizado a maior ao Poder Legislativo, descumprindo



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

assim a legislação, procedeu-se à devolução de tal valor à Prefeitura Municipal. Com isso o valor constante como Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária foi de R\$ 100.000,08.

Nota 2 - Pagamento de Restos a Pagar

No Exercício de 2017 houve a inscrição de Restos a Pagar Não Processados, sendo que no Exercício de 2018 houve o correspondente pagamento, conforme abaixo demonstrado.

Restos a Pagar Não Processados	R\$ 1.608,11
--------------------------------	--------------

Nota 3 - Inscrições de Restos a Pagar

A inscrição de Restos a Pagar no Exercício correspondeu ao seguinte valor:

Restos a Pagar Não Processados	R\$ 16.307,30
--------------------------------	---------------

2.2 Balanço Patrimonial

Nota 1 - Ativo e Passivo

No Exercício o valor do Ativo Financeiro foi de R\$ 205.013,35 e o Ativo Permanente foi de R\$ 1.748.247,30.

O total do Patrimônio Líquido foi de R\$ 1.953.260,66.

O valor do Passivo Financeiro foi de R\$ 16.307,30 e o Passivo Permanente foi de R\$ 0,00.

Com isso houve o Saldo Patrimonial de R\$ 1.936.953,36.

O Saldo dos Atos Potenciais Passivos, referente ao valor dos contratos a serem executados no próximo Exercício foi de R\$ 46.024,35.

2.3 Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 1 - Resultado Patrimonial do Exercício

De acordo com as leis e normas da contabilidade pública brasileira essa conta evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, evidenciando o resultado patrimonial do Exercício.

O valor das Variações Patrimoniais Aumentativas foi de R\$ 2.296.627,48.

O valor das Variações Patrimoniais Diminutivas foi de R\$ 2.255.872,70.

No Exercício houve superávit patrimonial no valor de R\$ 40.754,78.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

2.4 Demonstração do Fluxo de Caixa

A demonstração do Fluxo de Caixa (DEMFC) apresenta as entradas e saídas de caixa, evidenciando a capacidade do órgão de gerar caixa e equivalente de caixa.

O resultado da geração líquida de caixa e equivalente de caixa da Câmara Municipal de Muniz Freire foi de R\$ 205.013,36.

2.5 Demonstração da Dívida Flutuante

Nota 1 - Demonstrativo Previdenciário dos Valores Retidos dos Servidores (DEMCSE)

Com relação à Prestação de Contas Anual dos Exercícios de 2016 e 2017 o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo notificou a Câmara Municipal de Muniz Freire para que esclarecesse divergências entre o valor do INSS do arquivo da folha de pagamentos (FOLRGP) em relação ao arquivo Demonstração da Dívida Flutuante (DEMDFLT), o que fez com que se apontasse o seguinte possível indício de irregularidade:

DESCRIÇÃO DO ACHADO
Registro e recolhimento das contribuições dos servidores (RGPS) em desacordo com a legislação aplicável. Arts. 85, 87, 102 e 103 da Lei Federal 4.320/64 e Normas Brasileiras de Contabilidade

Ocorre que do valor constante da DEMDFLT também consta valores de anulações, para atendimento às normas de contabilidade. Portanto, não há divergência de valores nem tão pouco registro e recolhimento das contribuições de servidores (RGPS) em desacordo com a legislação aplicável, tomando-se como verdadeiro e correto o valor constante do FOLRGP e DEMPCA. Apresentadas tais justificativas, as mesmas foram consideradas sanadas pelo Tribunal.

De igual forma, no corrente Exercício, deve-se considerar as informações acima constantes.

Nota 2 - Demonstrativo Previdenciário dos Valores Patronais (DEMCPA):

Com relação à Prestação de Contas Anual dos Exercícios de 2016 e 2017 o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo notificou a Câmara Municipal de Muniz Freire para que esclarecesse divergências entre o valor



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

do INSS do arquivo da folha de pagamentos (FOLRGP) em relação ao arquivo Demonstração da Dívida Flutuante (DEMDFLT), o que fez com que se apontasse o seguinte possível indício de irregularidade:

DESCRIÇÃO DO ACHADO
Registro e recolhimento das contribuições dos servidores (RGPS) em desacordo com a legislação aplicável. Arts. 85, 87, 102 e 103 da Lei Federal 4.320/64 e Normas Brasileiras de Contabilidade

Ocorre que do valor constante da DEMDFLT também consta valores de anulações, para atendimento às normas de contabilidade. Portanto, não há divergência de valores nem tão pouco registro e recolhimento das contribuições de servidores (RGPS) em desacordo com a legislação aplicável, tomando-se como verdadeiro e correto o valor constante do FOLRGP e DEMCSE. Apresentadas tais justificativas, as mesmas foram consideradas sanadas pelo Tribunal.

De igual forma, no corrente Exercício, deve-se considerar as informações acima constantes.

2.6 Demonstração de Créditos Adicionais

Conforme consta do Demonstrativo de Créditos Adicionais, no Exercício foram realizadas aberturas de Créditos Adicionais Suplementares, sendo que este último foi realizado tanto em favor da própria UG Câmara Municipal quanto em favor da UG Prefeitura Municipal de Muniz Freire.

A seguir o detalhamento referente à abertura de créditos adicionais (DEMCAD) realizados durante o Exercício:

	(R\$)
Despesa fixada conforme LOA	2.470.000,00
(+) Crédito Adicional Especial resultante de anulação de dotação	0,0
(+) Crédito Adicional Suplementar resultante de anulação de dotação	12.000,00
(-) Anulação de dotações	- 12.000,00



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

(-) Anulação de dotações para outras UGs	- 25.000,00
Despesa Autorizada	2.445.000,00

2.7 Extratos Bancários

A c/c 10.272.490 - Banestes S/A - foi encerrada no mês de setembro, motivo pelo qual o extrato constante do EXTBAN encontra-se com saldo zerado.

2.8 Subsídio dos Vereadores

FIXSUB:

A legislação federal e Lei Orgânica Municipal determinam que o valor do subsídio dos Vereadores tem que ser fixado em uma legislatura para vigorar na subsequente. A legislação do Município de Muniz Freire determina em seu Regimento Interno - Art. 151 - que a fixação deve ser feita até o mês de março do último ano do mandato, conforme se segue:

Regimento Interno:

Art. 151 - O Vereador será remunerado exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

§ 1º - O subsídio dos Vereadores será fixado em cada legislatura para vigorar na subsequente, sujeito aos impostos gerais, inclusive o de renda e os extraordinários, observando-se o que dispõe a Constituição Federal, a legislação complementar pertinente, a Lei Orgânica Municipal, sendo que para o subsídio serão observados os preceitos constantes no presente Regimento.

§ 2º - O Projeto que trata do subsídio é de iniciativa exclusiva da Mesa da Câmara Municipal, ou da maioria de seus membros, devendo ser protocolado até a primeira sessão ordinária do mês de março do último ano do mandato.

Cumprindo o citado dispositivo regimental, o valor do subsídio dos Vereadores para a legislatura 2017/2020 foi fixado através da Lei 2.415/15, de 01/07/2015, sendo:

Vereador: R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)

Presidente: R\$ 7.590,00 (sete mil, quinhentos e noventa reais)



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

Na data de 04/10/2016, ou seja, no primeiro dia útil após as eleições municipais, os integrantes da Mesa da Câmara Municipal protocolaram o Projeto de Lei 014/16, de 30/10/2016, que tinha como objetivo alterar o valor do subsídio dos Vereadores estabelecidos pela Lei 2.415/15. Tal Projeto culminou com a Lei 2.472/16, de 11/11/2016, tendo alterado o valor do subsídio para:

Vereador: R\$ 1.740,00 (um mil, setecentos e quarenta reais)

Presidente: R\$ 2.436,00 (dois mil, quatrocentos e trinta e seis reais)

Ressaltamos que o Projeto de Lei 014/16 feriu todos os preceitos legais e regimentais existentes conforme enunciamos:

a) Foi protocolado no primeiro dia útil após o resultado das eleições municipais, ou seja, contrariou a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno que dispõe que a fixação tem que ocorrer antes das eleições municipais. Tal Projeto feriu gravemente e contrariou os princípios da legalidade e moralidade;

b) Foi protocolado no primeiro dia útil após o resultado das eleições municipais, ou seja, quando já se sabia quem havia sido ou não eleito. E dos 09 (nove) vereadores existentes em 2016, todos candidatos à reeleição, somente um foi reeleito. Tal Projeto feriu gravemente e contrariou os princípios da impessoalidade;

c) O Projeto tramitou ferindo gravemente todos os prazos estabelecidos pelo Regimento Interno, ou seja, feriu o princípio da legalidade, conforme se pode comprovar através da cópia do Projeto de Lei constante do arquivo FIXSUB;

d) O Parecer Jurídico foi contrário ao Projeto por ferir os princípios da anterioridade, legalidade, moralidade e impessoalidade, conforme se pode comprovar através da cópia do Projeto de Lei constante do arquivo FIXSUB;

e) O Art. 82 do Regimento Interno (abaixo transcrito) dispõe sobre a necessidade de, diante do parecer jurídico, a Comissão, sendo contrário a ele, ter que fundamentar tal discordância. Tal preceito foi desrespeitado pela Comissão, conforme se pode comprovar através da cópia do Projeto de Lei constante do arquivo FIXSUB;

Art. 82 - Sendo um projeto considerado ilegal e inconstitucional pela Assessoria Jurídica a Comissão de Constituição de Justiça e Redação somente poderá ser favorável ao mesmo caso fundamente, em seu parecer, os motivos da não concordância com o mesmo.

Após a posse dos vereadores, o qual se deu em 01/01/17, os mesmos verificaram que a Lei 2.472/16, de 11/11/16, não poderia ser aplicada por ser totalmente contrária aos preceitos legais.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

De igual forma constataram que os valores estabelecidos pela Lei 2.415/15 eram totalmente incompatíveis com a atual situação financeira municipal e legislativa, não havendo como pagar tais valores e comprometendo totalmente as finanças e limites legais estabelecidos. Diante de tais fatos decidiram por revogar tais leis (2.415/15 e 2.472/16), apresentando o Projeto de Lei 001/2017, o que resultou na Lei 2.497/17.

Considerando, ainda, a situação financeira precária pela qual passava o Município, decidiram também revogar as Leis 2.347/14 e 2.396/15, as quais concederam reajustes no valor do subsídio, apresentando o Projeto de Lei 002/2017, o que resultou na Lei 2.496/17.

Assim sendo deixou-se de aplicar o valor estabelecido pela Lei 2.415/15, os quais eram incompatíveis com a situação financeira existente em 2017, bem como os valores estabelecidos após as eleições de 2016, os quais eram ilegais. Os valores que então passaram a ser considerados para a legislatura 2017/2020 foram aqueles fixados através da Lei 2.267/12, que fixou os mesmos para a legislatura 2013/2016, ou seja:

Vereador: R\$ 4.390,00 (quatro mil, trezentos e noventa reais)

Presidente: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

Os fatos narrados foram objeto de processo na Justiça que posteriormente determinou que fosse pago aos Vereadores os valores acima citados.